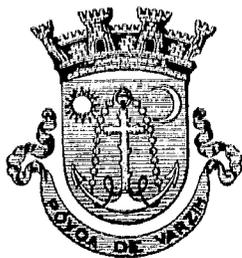


PÓVOA DE VARZIM

BOLETIM CULTURAL

DIRECTOR
FLÁVIO GONÇALVES



VOL. XII

1973

N.º 1

EDIÇÃO
DA
CÂMARA MUNICIPAL

Os Bonitos de Amorim

Primeiro capítulo da história de uma família benemérita

por MANUEL AMORIM

A «Casa da Quinta» no antigo lugar de Amorim, que deu o nome à freguesia, é uma construção do fim do séc. XIX ⁽¹⁾, de traçado quadrangular com cornijas e figurame de boa cantaria lisa, excepto os vãos das portas que são cobertas com arcos redondos fechados por modilhões. Mandada construir por «brasileiros» para as suas vilegiaturas no terreno natal, denota gostos importados das «bandas de lá» como o da bizarra azulejaria que cobre o exterior do edifício e o extenso corredor de pedra que liga a entrada principal da casa com o soberbo portão, em ferro forjado, da quinta. Dois outros portões, de idêntica feitura, devassam a propriedade aos olhares curiosos do passante. Sobre os umbrais, jarrões e pinhas de granito recordam as amenas «mansões» da burguesia brasileira. A casa da Quinta, vulgarmente conhecida por «casa do Mandú» ⁽²⁾, pertence a um dos ramos da família dos «Bonitos» e nela residiu o Comendador Francisco Lima de Amorim, por casamento com uma senhora, sua prima, filha dessa casa. Aquele senhor mandou fazer grandes obras na casa, ampliando-a e decorando-a interiormente com uma faustuosidade nababesca.

Por imperativos de ordem familiar visitei, inúmeras vezes, a «casa da Quinta», sobretudo, quando meu tio, Francisco nela se

⁽¹⁾ A «casa da Quinta» foi mandada construir em 1881 por Manuel João Gomes de Amorim, falecido em 13 de Março de 1900.

⁽²⁾ Era o apelido, de origem brasileira, de Manuel João Gomes de Amorim Júnior, casado com D. Emília Gonçalves Mendes e que foi senhor dessa casa. Faleceu em 1959.

recolhia para descansar da sua laboriosa actividade em Pernambuco. Em uma dessas visitas, no verão de 60 ou 61 não me recordo bem, tive conhecimento de um escrito familiar que originou este desprezioso artigo. De passagem por Portugal encontrava-se na «casa da Quinta» o Dr. Jordão Emerenciano, recentemente falecido ⁽³⁾, no momento interessado em colher informações sobre a presença da família Amorim na indústria do açúcar, actividade a que meu tio estava intimamente ligado. Após uma longa dissertação, curiosa e cheia de vivacidade, do Dr. Emerenciano sobre a história da economia pernambucana, saímos para a quinta a desentorpecer os músculos e encher os pulmões da frescura da tarde, já no seu ocaso. Foi então que meu tio nos mostrou um documento dactilografado, de várias folhas, e disse: — Vocês querem ler o 1.º capítulo da história dos «Bonitos» em Pernambuco? Vejam esta carta. Pertenceu-me a leitura, a cada passo cortada pelas referências a pessoas e coisas que meu tio gostosamente ia intrometendo, concluindo, por fim, o professor que o documento nos revelava estar a mais antiga tradição da família, em Pernambuco, ligada à actividade comercial e bem de acordo com a tendência dos emigrantes nortenhos no séc. XVIII.

Mais tarde soube que meu tio dava a ler, aos parentes recém-chegados ao Brasil, uma carta escrita por um remoto antepassado e fazia-o no intuito de conter as ilusões, por vezes desmedidas, com que aportavam àquelas terras. Algumas cópias corriam dentro e fora do círculo familiar e, uma delas, chegou-me às mãos por oferta de um saudoso parente ⁽⁴⁾. Depois de frustradas diligências, um acaso feliz deu-me a posse do original ⁽⁵⁾ e é do manuscrito que a transcreverei textualmente.

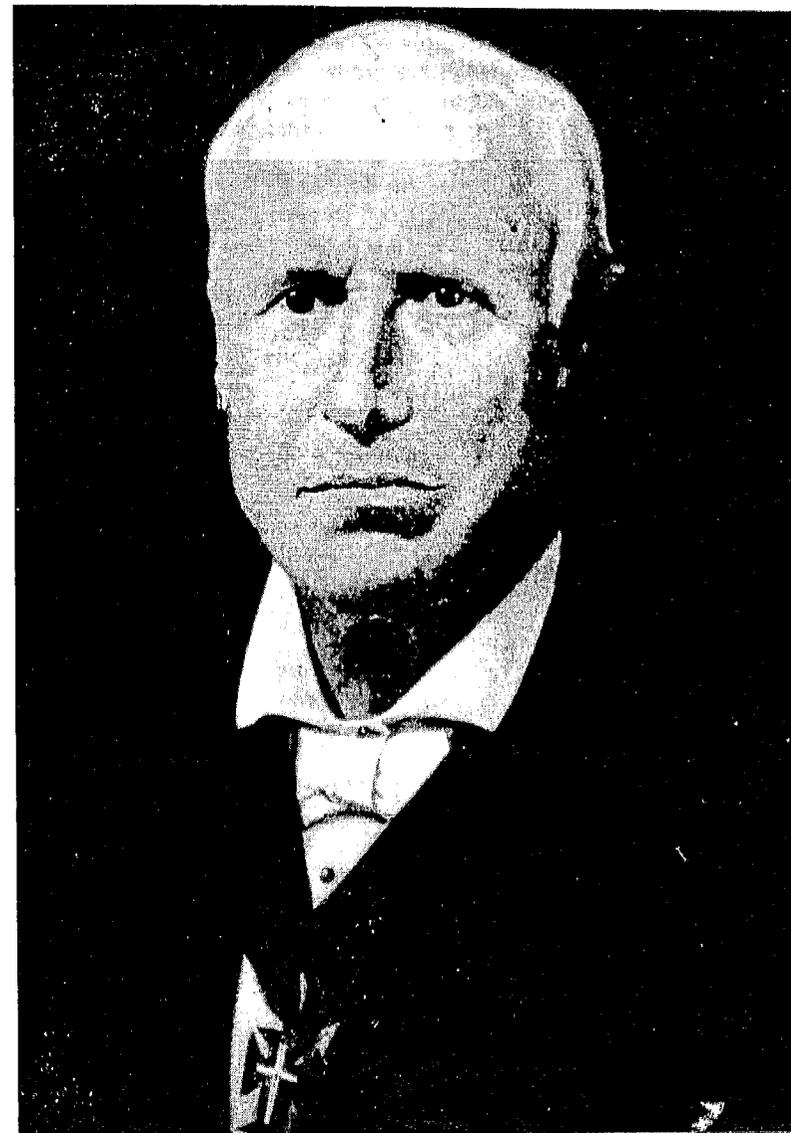
Bordejando ao de leve o documento, que vamos publicar, diremos ser ele importante como fonte biográfica, pois nos descobre as vias que conduzem aos primórdios da opulência de uma família do concelho da Póvoa de Varzim que, em benemerências, ainda

⁽³⁾ O Dr. Severino Jordão Emerenciano faleceu em 17.II.1972, na cidade do Recife onde era professor da Universidade Federal e director do Arquivo Público Estadual. Deixou várias bibliografias sobre a indústria do açúcar em Pernambuco.

⁽⁴⁾ Alberto Fernandes de Castro, da freguesia da Estrela, foi para o Brasil em 1926 e regressou em 1960. Faleceu na Estrela em 1969.

⁽⁵⁾ A amabilidade do meu primo Pedro João de Amorim «Bonitos» permitiu o acesso à casa da Moita que foi do P.º Manuel João Amorim, sobrinho do subscritor da carta.

Entre os papéis existentes, alguns de muito interesse para a história da família, estava uma cópia da carta dactilografada, igual ao exemplar que possuo, com a seguinte anotação «a carta pertence aos papéis do P.º Manuel». Só podia, portanto, estar naquela casa, como estava, entre alguns cadernos de recordações pessoais do referido sacerdote.



José João d'Amorim
(1808 - 1886)

Retrato a óleo no Real Hospital Português da cidade do Recife (Brasil).

não encontrou sucedânea: A dos «Bonitos de Amorim» ⁽⁶⁾. Por outro lado, sendo escrita na 1.ª metade do séc. XIX por um emigrante saído da classe agrícola, sempre a mais pródiga em exportar braços, ilustra de uma forma viva e causticante as coordenadas sócio-económicas que, na época, determinavam o facto emigratório. O seu autor chega ao Brasil pelo ano de 1799, em plena época escravagista ⁽⁷⁾, saído de uma família de lavradores abastados do norte do país e vai destinado ao comércio. Estes dados confirmam a opinião do historiador e sociólogo Dr. Joel Serrão, expressa no interessante ensaio «Emigração Portuguesa», de que a emigração para o Brasil, na segunda metade do séc. XVIII e princípios do séc. XIX, é orientada fundamentalmente para as cidades e «dada a espontaneidade de tal emigração e as despesas de vulto a fazer com a transferência para além-mar, não parece de aceitar que ela tenha podido interessar a indivíduos que, económica e socialmente, estivessem aquém do nível do pequeno proprietário rural, ainda que minhoto». Segundo o mesmo autor «a saída maciça de portugueses desprovida de bens, ou que deles se desfizeram para concretizar a aventura, só deve ter ocorrido, de modo significativo, no decurso da segunda metade do séc. XIX» ⁽⁸⁾.

Temos assim que o emigrante do tipo «Manuel da Bouça» ⁽⁹⁾ é posterior ao do tipo «Eusébio Seabra» ⁽¹⁰⁾. Esta destinava-se, como refere o citado autor, a fazer «brasileiros» e o nosso jovem foi-o de verdade. Expellido da casa paterna — ele deseja saber se da herança aos treze anos de idade, é despachado para a praça de Pernambuco, levando no bolso cartas de recomendação (que pouco lhe valeram) e no espirito um milhão de sonhos. O fito da mercancia partiu, segundo parece, dos seus progenitores que, para

⁽⁶⁾ Sobre as benemerências dos «Bonitos de Amorim» há inúmeras referências na imprensa poveira. O melhor resumo está na «Estrela Povoense» de 13.I.1918.

A Câmara Municipal prestou-lhe pública homenagem, em 1930, dando à rua de Barreiros o nome de Rua Bonitos de Amorim. Os conterrâneos levantaram em 1934, no largo de S. António, da freguesia de Amorim, um monumento, em granito e mármore, à dedicação daquela família pela sua terra.

⁽⁷⁾ A escravidão dos negros foi definitivamente abolida no Brasil, pela chamada Lei Áurea, votada tumultuosamente em 13 de Maio de 1888 e assinada pela Princesa D. Isabel, regente do reino. Em 1877 havia no Brasil 739 419 escravos. (Pedro Calmon — História do Brasil, vol. V, pag. 1807 e seguintes).

⁽⁸⁾ Joel Serrão, Emigração Portuguesa. Livros Horizonte, colecção Horizonte, n.º 12, pag. 64.

⁽⁹⁾ Personagem central do romance «Os Emigrantes» de Ferreira de Castro. Trata-se de um pequeno agricultor que hipoteca as courelas, deixa a mulher e filhos e emigra para o Brasil a tentar a fortuna.

⁽¹⁰⁾ Personagem do romance «A Morgadinha dos Canaviaes», de Júlio Dinis. Trata-se de um jovem que aos 13 anos emigra para o Brasil; granjeia riqueza e avultada fortuna e regressa à terra natal onde disputa ao «filalgo» a liderança política.



A Casa da Quinta
Freguesia de Amorim, lugar de Amorim de Cima (concelho da Póvoa de Varzim).

o efeito, o puseram a «tarimbar» nos mercados de Vila do Conde. Isto revela a mentalidade, corrente na época, de que nos dá testemunho o relatório do vice-rei Marquês do Lavradio para o seu sucessor na regência «... o colono recém-vindo, mesmo quando antigo lavrador no Reino, não pensa em outras coisas que na mercancia» (11).

Estava-se, ainda, na «era do açúcar» e cidades como o Maranhão, Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco, disputavam a primazia na cultura da cana. Pelos seus portos saíam, anualmente, milhares de caixas do solúvel produto (12) e entravam, bem lotadas, as frotas dos «tumbeiros» com a indispensável mão-de-obra negra. Pernambuco era, então, praça próspera e a sua fama corria nos cantares do povo:

Deus te leve a Pernambuco
E venhas de lá tão rico
Que El-Rei da Dinamarca
Não possa igualar contigo

A guerra da independência da América Inglesa estimulou os mercados do Brasil onde a velha aliada procurava compensações para o seu abastecimento interno. Nas listas das exportações aparece, agora, o algodão reclamado pelas indústrias de Manchester (13). Que o nosso homem dera provas de hábil negociante prova-o o facto de ter sido convidado para, na Inglaterra, agenciar tais negócios. Não foi de todo feliz nessa experiência e vemo-lo, nos princípios de 1818, regressado a Pernambuco, onde se fixou definitivamente, constituiu família, adquiriu alguma fortuna e experimentou as incertezas da evolução política da época. Foram estas o pretexto que o levou a interpelar a família conforme veremos na carta que passo a transcrever:

*Mano e Snr. Custódio João d'Amorim
Pernambuco 27 de Junho de 1831*

Tenho presente cinco cartas suas datadas em 26 de Novembro do ano passado, 8 e 20 de Março, 3 e 17 de Abril do

(11) Joel Serrão, *ob. cit.*, pág. 63.

(12) Em plena crise da economia açucareira (1739-1775) contavam-se na Baía 150 engenhos com 15 000 caixas de 35 arrobas; no Rio, 136 engenhos para 20 220 caixas; em Pernambuco 246 engenhos para 12 300 caixas. Em 1801 havia em Pernambuco 280 engenhos (Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. IV, pág. 1214 e seq.).

(13) Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. IV, pág. 1215. A partir de 1786 as exportações de algodão variam de 150 a 200 mil libras por ano.

corrente. Inteirado do seu contheudo sinto, quanto devo, a morte de nossa virtuosa May (14), que Deos tenha em Santa Glória.

Queira vm.ce, por minha tenção applicar a bem da sua alma a quantia de dois mil réis, destribuindo essa quantia em Missas e esmolos pelos pobres necessitados dessa freguesia, como melhor entender; e para seu embolso aqui lhe remeto hua ordem sobre António José de Castro e Silva, da Cidade do Porto, que vm.ce hirá ou mandará receber. Estão para mim perdidas as esperanças que me animavão de hir ainda hum dia ver a fallecida, e no meio da magoa que justamente me acompanha, serve-me de algum linitivo saber que nada lhe faltou, por ter-lhe vm.ce prestado todos os auxilios corporais e espirituais, e fazendo-lhe hum decente enterro.

Conforme-nos com a vontade do nosso Creador, hé caminho que todos havemos de seguir. Sinto que vm.cê se veja afflito com o procedimento da Mana Maria (15) e do nosso cunhado, marido dela. Eu estimaria que tudo se arranjasse amigavelmente por que parece bem ao Mundo e a Deos; porém estando em seu logar e havendo como há Herdeiros auzentes de certo procederia a Inventario Judicial, para a todo o tempo responder às partes interessadas com esse documento autentico; e por isso lhe digo que vm.cê não se deve mortificar com isso, porque como vm.cê não quer senão o que lhe toca, esta he a maneira de ficar tudo claro e legal.

Pede-me vm.cê que lhe remeta quanto antes minha Procuração a fim de com ella obstar talvês a que o obriguem a cntrar com as minhas legitimas Paterna e Materna para Depósito Público, e por isso aqui lhe remeto a Procuração: ela não só lhe dá poderes para vm.cê receber o que he meu, mas também a Legitima que pertence a nosso Irmão Joaquim, como elle lhe aviza. Em quanto aos dois traços de Panno de linho que a nossa carinhoza e boa Mãe tinha para nos mandar, eu em seu lugar apresentava-os aos herdeiros e dizia-lhes o fim para que elles estarão applicados; se elles estivessem por isso m.to bem, e quando não lançava-os no Inventário que he o que vm.cê devia ter feito e informar-nos para cá do acontecido; por tanto para nos livrar-mos de escrúpulos, se o Panno ainda não tiver vindo, faça vm.cê aos herdeiros a falla que acima digo e não convindo elles na remessa avalue-se e pague-lhe

(14) Custódia Gonçalves Sonhim, viúva de Pedro João de Amorim, faleceu em 5 de Março de 1831.

(15) Maria Custódia Gonçalves era casada com José Martins do Eirado, de Amorim.

você o seu importe ainda que seja por mais do seu valor, porque nós queremos cá o Panno menos pela necessidade delle do que por ser hum monomto da lembrança que a fallecida de nós conservava. Quando mesmo vm.cê o tenha já remetido, parece-me que será bom fazer a dita declaração aos herdeiros, huma vez que com isso não comprometta a sua honra, por que a comprometter então o dito por não dito.

Durante a vida de nossos fallecidos Pays evitei sempre contar-lhes os acontecimentos da minha vida, para os não magoar, mas por que nessa terra se julga que pelo Brasil tudo são flores, darei a vm.cê esta informação, porque como vm.cê tem filhos, bom será que saiba que também por cá há espinhos. Sendo o 7.^o filho do Casal, coube-me em sorte ser o primeiro espelido da casa Materna, e consequente m.te privado do agazalho paternal na tenra infância de 11 anos; tive logo de sofrer as crueldades de um homem deshumano, bárbaro e mal creado qual he esse José Joaquim de Serqueira ⁽¹⁶⁾, de Vila do Conde, de quem vm.cê me tem mandado recomendações. Contar-lhe as malversações que elle commigo praticou seria nunca acabar, o que elle menos nos dava hera de comer, porém liberal sempre foi em me dar pancadas; obrigava-me a esperalo no patamal da escada athe às 12 e huma hora da noite em tempo de inverno e por que como criança em hu-a dellas morto de frio, e de sonno, me encontra-se dormindo esbordoou-me com huma bengala o corpo, com huma palmatória as mãos. Noutra ocasião repetio o mesmo por que obrigado pela fome colhi no seu quintal hum cacho de uvas! Consegui por voluntária determinação de nossos Pays sair dessa casa infernal, e passei para a do mercador Verissimo da Rocha Soares ⁽¹⁷⁾, aonde experimentei outros semelhantes encommodos, só com a diferença de ao menos ser Casa abundante. Na idade de 13 annos propoz-se-me o deixar a pátria, e embarcar para o Brazil com recommendações de protecção que bem pouco me servirão. A necessidade por falta de facto e outras precizões a que eu não tinha com que satisfazer, foi o meu primeiro legado em terra estranha, não achando arrumação por espaço de seis meses; ao fim de nove sobreveio-me para mais ajuda sentarem-me praça na tropa de linha; reduzido pela minha má fortuna a tão deplora-

⁽¹⁶⁾ Com casa de negócio na rua da Costa, num prédio que ficava à mão esquerda de quem vinha do beco do «Tijolo» hoje largo da Roda. (Informação de Barbosa Marques).

⁽¹⁷⁾ Com casa de negócio na rua do Submosteiro, nos prédios hoje occupados pelo Gremio da Lavoura. Era capitão da marinha mercante e comerciante de terra e mar (o mesmo informador).

rável estado, determinei-me a dezertar, e o teria feito se o patrão em cuja casa estava não desse hum homem por mim, o que fez, por que por vingança a elle he que me sentarão a praça; mas o resultado foi deitar-me fora de sua Casa e eis-me outra vez sem commodo. A beneficência de hum honrado homem que eu mal conhecia recolheu-me na delle e procurou-me arranjo; mas que arranjo; hera a Casa de hum desleixado lebertino que mais servia para me preverter, do que para me instruir nos deveres de honra, e probidade. Assim vivi desde 1800 athe 1802 quando por minha ventura entrei em huma Casa de Negócio cujo dono hera homem de probidade a todos os respeito; mas de hum génio extremamente impertinente, que eu por dever e capricho assentei que devia suportar, como suportei. Principiei em 1805 a ajuntar algum vintem e em 1807 a ter mais alguns interesses, porem em 1809 perdi o que tinha ajuntado por hum logro que me pregou hum caixeiro meu contemporaneo. De então athé 1811 ajuntei os meus Dez mil cruzados, que não estando apurados quando me convidarão para hir ser interessado em huma Casa de negócio em Inglaterra, os deixei em Pernambuco para me serem remetidos em Algodão. Assim succedeo; mas o Navio em que o Algodão ao depois foi naufragou, e eu fiquei a par de pirollo; contudo como já me achava estabelecido não me causou maior desarranjo e dessa época até 1814 ajuntei novamente os meus quarenta mil cruzados que em 1816 estavam elevados a cem; porém hum terrível revez de má fortuna, em 1817, reduziu-me não só á extrema pobreza de não ter real para comprar hum pão para comer, mas athé a ficar consideravelmente individado.

Nestes apuros de endigencia nunca importunei nem os nossos Pays, nem a nenhum dos da família. Experimentei mais a inconstancia de Amigos com que eu contava, que logo que me virão sem dinheiro me virarão as costas; todavia, outros se condoerão da minha desgraça e me derão a mão. Com estes auspicios deliberei-me a abandonar um paiz aonde as infelidades me tinham constantemente perseguido e segui com algum negócio para Pernambuco aonde cheguei em principios de 1818, achando logo que saltei em terra hum legado de vinte e cinco mil cruzados que me havia deixado hum Amigo que havia fallecido nesta cidade; isto junto a alguns lucros que tive, puzerão-me em estado de pagar o meu anterior alcance, ficando livre de dividas em 1820. He esta huma das maiores alegrias que jamais tive em dias de minha vida. Foi nesse anno que me determinei a estabelecer-me por huma vez em Pernambuco; e por isso me casei em 1821 em huma das principais Cazas desta cidade; e com effeito desde então se não tenho feito

grandes negócios, por que as revoluções ⁽¹⁸⁾ que tem havido no paiz o não tem permitido, também não tenho transtornos de maior. Tal tem sido o emmaranhado de huma existencia de 45 annos completos em Janeiro passado, e que pezão sobre as minhas costas.

Sendo aqui caixeiro, chegou-me o Mano Luiz ⁽¹⁹⁾ o que arrumei, e depois concorri para o seu estabelecimento, de que elle por fraqueza de cabeça não soube aproveitar, por que principiando bem acabou mal, e durante a minha estada em Inglaterra foi morrer em Angolla. Talves assim melhor para nos não cauzar vergonhas. O Joaquim chamei-o para a minha companhia, e está arranjado e cazado ⁽²⁰⁾ na mesma caza. Depois vierão os nossos Sobr's Manoel e José, filhos do mano José; arrumei o primeiro em Caza de hum honrado mercador nosso patricio, e o segundo ficou em minha Caza e depois tem viajado ⁽²¹⁾, e tanto hum como outro já tem seu principio de vida. Do que deixo exposto rezulta que se eu não tenho servido de alguma utilidade aos nossos parentes, também lhe não tenho cauzado o menor prejuizo.

Se pois durante a vida de nossos Pays deixei de fazer a elles algumas perguntas por não offender o seu melindre vou fazellas agora a vm.ce esperando que a ellas me satisfaça com individuação.

Primeiro —, Eu quando rapaz lembro-me de ouvir dizer que os ditos nossos Pays herão para essas terras lavradores ricos, sei que elles pessuião huns bons bens foreiros á Ordem de Malta a que propriamente chamavam o — Prazo de Amorim — que comprhende a caza em que nascemos e diversos campos ⁽²²⁾. Estes bens ouvia também dizer que passão de

⁽¹⁸⁾ Em 6 de Março de 1817 rebentou em Pernambuco uma revolução anti-monarquista. O povo gritava pelas ruas: Viva a pátria; morra marinheiro (nome dado a todo o europeu).

Ver Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. IV, pág. 1428 e seg. O fermento revolucionário não mais deixou de levedar as massas pernambucanas envolvidas em constantes acções sangrentas.

Em 1820 estendeu-se ao Brasil a revolução constitucional com sérias disputas em todos os Estados. O Rei D. João VI regressou ao reino em 25 de Abril desse ano. Em 7.IX.1822 é proclamada a independência do Brasil.

⁽¹⁹⁾ Uma carta escrita para Lisboa, pelo irmão Custódio, em 28.I.1805, já não o encontrou em casa de Basilio Gonçalves Ferreira, onde, com outros companheiros, aguardava o embarque.

⁽²⁰⁾ Joaquim José d'Amorim casou em 1826, em Pernambuco.

⁽²¹⁾ Pouco tempo depois de ter chegado ao Brasil — 1826 — foi mandado, pelos tios, a Angola, a tratar de alguns negócios.

⁽²²⁾ O prazo chamado — Casal de Amorim — foreiro à Ordem de Malta, era constituído por casas sobradadas e térreas e vinte e seis propriedades rústicas. Tinha o direito a metade da água da fonte do Pinheiro, da fonte da Luz

Pays, a hum filho somente ainda que hajam muitos mais filhos, mas o que eu nunca soube foi qual he a obrigação desse filho que herda os bens para com os outros Irmaons excluidos da herança.

Segundo — Pessuião mais no lugar da Moita huma boa caza de sobrado com quintal murado e dois campos annexos conhecidos pelo nome de Agra de cima e Agra de baixo, independentes do dito Prazo que forão do patrimonio de hum thio de nosso Pay Abbade de Palmeira ⁽²³⁾.

Terceiro — Bem assim hum Campo de Pinheiros comprado por nosso Pay adiante da Sapugaes e chamado — Arieira — três ditos também de Pinheiros lá para a parte da Estella; a grande Bouça que fica na estrada que vai da Jasteira para Sistellos e Cadilhe; alem de tudo isto huma fazenda de vários campos com uma caza de sobrado e outra terrea na Villa da Póvoa de Varzim ⁽²⁴⁾ herdados por fallecimento de huma nossa thia. Desejo pois como já disse saber como tem sido distribuidos e aquinhoados estes bens para ver o que me tocou, como, e em poder de quem se achão para meu governo.

Isto por que a face do estado político do Brazil está um pouco turva, com a sahida do Imperador para Inglaterra, no mêz de Abril passado, de pois de ter abdicado a Coroa no filho,

e da fonte da Espadaneira para rega e lima. O foro era de 24 razas de milho; 5 de trigo; 2 galinhas ou 200 réis por cada uma; 300 réis em dinheiro; 400 réis de lutuosa; a décima parte do laudémio. (Tombo do Casal de Amorim, feito em 1811 pelo Juiz e Procurador Alexandre José Gonçalves Ramos).

⁽²³⁾ Trata-se do P.^o Zeferino Peixoto Pinheiro de Amorim que foi abade de Palmeira, do Couto de Landim e era primo, e não tio, de Pedro João de Amorim a quem constituiu herdeiro universal por testamento feito em 1768. O P.^o Zeferino deixou ainda um legado constituído por 2.000 cruzados, que estavam por empréstimo no Mosteiro de S. Tirso, a sua criada Margarida e a seu escravo preto António, caso se mostrasse bem comportado. O capital destinava-se a dotar quatro donzelas, bem procedidas, de preferéncia as da casa de seu herdeiro. Fallecida a Margarida, criada, em 1787, ficou o escravo senhor das rendas mas, em 1801, transferiu o seu direito ao herdeiro «por ser verdade que tinha mau comportamento e provar-se com testemunhas que, por fraqueza da sua carne, visitava de noite uma mulher». Com os dois mil cruzados dotou Pedro João as suas filhas Maria, Teresa e Marlana e ainda uma donzela de nome Leonarda Francisca.

⁽²⁴⁾ Os bens da Póvoa constavam de 1 casa na rua de S. Pedro, n.^o 15; 2 cortinhas no Campo Largo e 7 leiras em Barreiros; uma cortinha e uma leira na Agra das Moninhas e uma cortinha à porta do Vinagre. Mais duas leiras no campo da Galé, «que o ano passado foram postas em rendimento pela Câmara». De todas estas propriedades pagavam 8 medidas de trigo a João Carneiro Galo, de Vila do Conde, meia raza à Conf.^a do S. S. da vila e 50 réis à Câmara. Recebiam ainda foros em oito propriedades, na Póvoa. Em 1803, Pedro João foi multado pela Câmara da Póvoa por não dar o carro de espadananas para a rua entre a Matriz e os Paços do Concelho, no dia de Corpo de Deus, como era obrigado pelos bens que possuía naquela vila.

que ainda não tem seis annos de idade ⁽²⁵⁾; e tendo apparecido com esta mudança maior indesejoção nos filhos do Paiz, contra os oriundos de Portugal, muitos destes se tem retirado com suas famílias e posto que eu seja aqui bem quisto; contudo não sei também o que me poderá acontecer, por tanto ainda que não faço tenção de me retirar de Pernambuco como acima disse, salvo se a necessidade urgir quero sempre estar prevenido para o que possa acontecer ⁽²⁶⁾. Eis-a verdadeira cauza por que lhe pesso que me informe do que lá tenho, com copia do formal da partilhas, e mais que me diga se por ahí se poderá fazer algum estabelecimento em que empregando-se algum dinheiro, se possa ganhar o pão para mim, huma mulher, cinco filhos e mais alguns agregados, reduzindo-se toda a familia a couza de 12 pessoas.

Eu já hoje vou ficando velho e acabado pelos trabalhos de huma vida sempre laborioza, e com muitas consumições de espirito, que são as que mais mortificação, e não poderei adoptar qualquer modo de vida que não seja negociar ⁽²⁷⁾. Dou-lhe os parabens pelo seu filho ter tomado Ordens e dezejo que elle desempenhando o alto Menistério de Sacerdote do Senhor a que se dedica ⁽²⁸⁾, venha a dar gosto a seus Pays, e que igual

⁽²⁵⁾ O Imperador D. Pedro I do Brasil e depois Rei de Portugal, o quarto daquelle nome, deixou o Brasil em 7 de Abril de 1831.

⁽²⁶⁾ Após a abdicção de D. Pedro I, no seu filho de cinco annos de idade, e eleita a regência provisória «abriu-se uma época de lusofobia raivosa e pitoresca, que ensanguentou as ruas da Baía, Mato Grosso, Pernambuco, Maranhão, Pará». Essa lusofobia tinha o carácter duma luta social de pobres contra ricos, dado o virtual monopólio do comércio nas mãos dos portugueses (Pedro Calmon, *ob. cit.*, vol. V, pág. 1584).

⁽²⁷⁾ Embora não viesse, definitivamente, com a familia para Portugal, todavia temo-lo em Lisboa nos principios de 1839, talvez para cuidar da saúde, e daí escreveu ao irmão Custódio para lhe comprar um porco, o salgar à moda do Minho e meter tudo numa caixa «para fazer dele oferta à minha familia que ficou em Pernambuco».

⁽²⁸⁾ O P.^o Manuel João d'Amorim ordenou-se em Pernambuco em 1839 (Póvoa de Varzim, Boletim Cultural, vol. X, n.^o 2, pág. 234) depois de ter recebido Prima Tonsura em Braga em 1831. Diz Mário César, no artigo a que se refere a citação atrás feita, que em virtude das leis liberais prohibirem as ordenações deve ter ido a Pernambuco com o fim de completar os estudos e receber os graus da Ordem que lhe não tinham sido conferidos. Não encontrei, entre os seus papéis, qualquer referência aos motivos que o levaram ao Brasil, nem à ordenação em Pernambuco. Todavia, a hipótese de Mário César é mais que provável. Em 1843 já está em Amorim, passando mais tarde a residir na chamada «Casa da Moita» e até à morte em 1900. Era homem abastado e algo doente, razão porque nunca exerceu cargos eclesiásticos. No seu «caderno de lembranças» de 1843 a 1858 registava as importâncias mutuadas por empréstimo, fiança, hipoteca, caução, etc. e entre os credores figuravam pessoas bem conhecidas, como Matias Martins do Rio, da Póvoa; Vicente Ferreira Soares, de Vila do Conde; o P.^o Joaquim Ferreira, de Beiriz; Manuel Carlos de Meneses Cardoso; Dr. Bento de Freitas Soares, etc.

fortuna vm.cês tenham com todos os mais filhos e filhas a quem eu e toda a minha familia se recommendão, e com particularidade a Sr.^a Mana, consorte de vm.cê. Enquanto a meu filho mais velho, como ainda se acha atrazado no conhecimento das primeiras letras, nenhuma rezolução por ora tenho tomado pelo que toca ao seu futuro destino; lembro-me porem advertir-lhe que como estou persuadido que vm.cê dezeja o bem estar de seus filhos, por ora não mande nenhum para o Brazil, athe ver no que isto pára e o mesmo deve aconselhar aos seus Amigos, que igual intenção tivessem. Bastante extenso tenho sido e em lugar de escrever huma carta, acho-me com hum Sermão, com a differença de em lugar de acabar por Amen, acabo por confeçar-me

de Vm.cê
Mano Aff.^o Att.^o G.^o
António J.e d'Amorim

*
* * *

Dados biográficos — Em 21-IV-1771, na Igreja de Santiago de Amorim, do termo de Barcelos, casaram Pedro João d'Amorim, da aldeia de Amorim, e Custódia Gonçalves Sonhim, da aldeia de Abelomar, parentes em 4.^o grau de consanguinidade. Para concerto da união fora Pedro João encabeçado no prazo da casa, chamado Prazo de Amorim, foreiro à Ordem de Malta ⁽²⁰⁾. Do casamento sobreveio uma numerosa prole, a saber:

Manuel João,	nasc.	4.VIII.1772;	casado com Teresa Martins Lopes
José João,	»	29.VIII.1774;	casado com Ana Martins (segue)
Custódio João,	»	28.I .1777;	casado com Ana Lopes
Maria Custódia,	»	21.II .1779;	casada com José Martins do Eirado
Mariana Custódia,	»	9.II .1781;	casada com Manuel José, de Argival
Teresa Custódia,	»	31.I .1784	
António José,	»	22.I .1786	(autor da carta)
João,	»	15.V .1788	
Luiz José,	»	9.V .1791	
Joaquim José,	»	8.XI .1794	

⁽²⁰⁾ Após ser encabeçado no prazo, pelo pai, requereu para si os privilégios de Malta. A súplica tem o seguinte teor: Diz Pedro João, filho de Manuel João d'Amorim, da freg.^a de S. Tiago de Amorim que ele suple. é soldado da Sagrada Religião de Malta da comp.^a do Capitão José Domingos da Silva, uma da Sagrada Religião de Malta e ter servido na Guerra passada no Castelo de Lindoso com pólvora e arma à sua custa como poderá constar por certidão da vedoria extinta e porque o Sulp.te é filho único de seu pai Manuel João e por ser de idade maior e ao dito filho lhe pertencer o d.t.^o prazo o nomeou no d.t.^o filho como se mostra da nomeação junta e ser caseiro encabeçado de

Para o Brasil (Pernambuco) foram o António José (autor da carta); o Luiz que veio a falecer em Angola e o Joaquim. O Custódio ficou com a fazenda, sendo encabeçado no prazo pelos pais. Neste prazo assentou a chamada «Casa dos Castros», com abundante descendência no Concelho da Póvoa de Varzim. O nome da casa vem de D.^a Joaquina Maria de Castro, de Vairão, casada em 1839 com José João de Amorim Júnior, senhor do prazo após a morte de seu pai Custódio. Do José haveria de ter origem a estirpe dos actuais «Bonitos de Amorim».

Estirpe dos Bonitos — Em Fevereiro de 1806, casaram na Igreja de Santiago de Amorim, do termo de Barcelos, José João d'Amorim, filho de Pedro João d'Amorim e Custódia Gonçalves Sonhim, e Ana Martins, filha de Manuel Martins o Bonito ⁽³⁰⁾ e de Sebastiana Rodrigues, todos da Aldeia de Amorim.

«Da escritura de casamento, feita na casa de António Francisco da Torre, no lugar de Regufe de Vila do Conde, e perante o tabelião daquela vila Manuel Pereira dos Reis, consta o seguinte: Os 1.^{os} outorgantes (pais do noivo) declararam que o noivo levava para o casal 685 mil réis e uma leira de pinheiros no lugar do Teso, freguesia da Estela. Que esta importância advem 335:000 réis que recebeu de seu irmão Custódio João d'Amorim por força da sua escritura dotal; 350:000 réis que lhe tinha dado sua tia Maria Gonçalves Sonhim, de Terroso, a desconto de suas soldadas que tinha ganhado quando com ela esteve e também dela recebeu a leira dos pinheiros do Tezo; mais uma leira de pinheiros, no lugar da Areia, da freguesia de Estela, comprada por ele noivo.

A 2.^a outorgante Ana Martins, noiva, declarou que se dotava com seu Prazo que possui em Santiago de Amorim, foreiro a Santa Clara, da Cidade do Porto, do que é segunda vida e no qual tinha sido nomeada em testamento por faleci-

que se sustenta todo o ano e mais sua família e porque o Sargento-mor de infantaria o avisou para ir mostrar o seu privilégio e o mandou à presença de V. Ex.^a para lho mandar guardar para não ser constrangido aos cargos ou encargos pessoais da república como são os de lhe tomarem palhas, nem seu carro, nem besta, nem ir a caminhos, nem dele ser lançado besta de lista, nem ser tutor de órfãos, nem depositário de bens alguns, nem que as ordenanças contendam com o supl.te para coisa alguma» (3.XII.1778).

⁽³⁰⁾ A alcunha «Bonito» é de sua natureza jocosa e anda na tradição familiar que ela advém da circunstância de ter havido na casa dois irmãos gémeos de traços fisionómicos muito distintos. Um, de feições esbeltas; outro, de aspecto desagradável. O pai, que devia encabeçar um dos filhos no prazo da casa, escolheu para o efeito o bonito. Assim ficou na casa a alcunha de «Bonitos de Amorim».

mento dos seus pais e com toda a sua legitima que por morte de seus pais lhe ficou e importava na quantia de 600:000 réis. Deste dote reservava para sua irmã Joana viver, enquanto solteira, a Casa da Eira e mais 20 razas de milho e enquanto sua tia Teodósia Martins for viva reservava mais uma casa do quinteiro para com ela viver no estado de solteiro seu tio José Martins.»

O Prazo de Ana Martins (casas e terras) fora renovado em seu pai Manuel Martins o Bonito no ano de 1770. Este prazo tinha sido feito aos avós João Martins e sua mulher Francisca João, no ano de 1680. Nestas casas nasceram as três gerações de «Bonitos» referidas neste artigo.

De José João d'Amorim e Ana Martins houve os seguintes descendentes:

Manuel João,	nasc.	12.XII.1806
José João,	»	9.XI.1808
Maria,	»	12.III.1810
António José João,	»	20.V.1812 (segue)
Ana,	»	18.III.1814
Teresa,	»	16.IV.1817
Custódio,	»	29.III.1819, fal. em 1820
Mariana,	»	2.XII.1821

Para o Brasil (Pernambuco) partiram, chamados pelo tio António (o autor da carta), o Manuel João ⁽³¹⁾ e o José João. Do primeiro, apenas, sei o que a carta transcrita informa; do segundo possuo informações mais completas. José João d'Amorim chegou a Pernambuco em 1826, com 18 anos de idade, e foi logo trabalhar com o tio, no comércio. Depois viajou, ao serviço da casa, e em 1831 «tinha já o seu princípio de vida». Em 1838 desposou D. Ana Marques d'Amorim, filha do Coronel António Marques da Costa, de Pernambuco. Fundou a firma Amorim, Irmão e Comp.^a que foi das maiores e mais conceituadas casas de Pernambuco, no ramo de negócio do bacalhau e estivas. Granjeou avultadíssima fortuna, sendo no seu tempo um dos mais abastados capitalistas e proprietários da cidade ⁽³²⁾.

⁽³¹⁾ Em 2.XII.1826 escreveu ao tio Custódio João de Amorim dizendo na carta que a caça, onde está, é de muito trabalho, à semana, e que ao domingo o patrão lhe pede para fazer a sua escrita particular. Que o patrão é homem de muito dinheiro mas de pouca instrução (sic).

⁽³²⁾ Octávio Moraes e Eurydice Amorim de Moraes — Rotelro do Barão Rodrigues Mendes, Recife, 1967. No prefácio, pág. 23, o Prof. Gonçalves de Mello escreveu «Na época (1845) alguns dos maiores capitalistas do Recife eram portugueses, como era o pouco conhecido Manuel da Silva Santos, natural de Matosinhos, que ao falecer deixou uma fortuna calculada em 2.500:000\$ a 3.000:000\$ e, apesar disso, viveu sempre como paupérrimo; o caso também

Foi presidente da Associação Comercial de Pernambuco e um dos fundadores da Beneficência Portuguesa (Real Hospital Português). Desempenhou o cargo de Cônsul da Argentina e possuía as Comendas da Ordem da Rosa, do Brasil e de Cristo, de Portugal. Na freguesia de Amorim, sua terra natal, mandou construir a 1.^a Escola e promoveu restauros na Igreja paroquial. Protegeu, igualmente, as escolas da Caridade e Divina Providência da freguesia da Encarnação, da Cidade de Lisboa. Esteve várias vezes em Portugal e visitou as principais cidades da Europa; mandou os filhos educar aos colégios de Inglaterra. No verão de 1885, veio a Portugal pela última vez, tendo feito um tratamento termal nas Caldas de Vizela e quando se preparava para regressar ao Brasil faleceu, inesperadamente, no hotel Durand, da cidade de Lisboa, no dia 24 de Janeiro de 1886. Seus restos mortais repousam na cidade de Pernambuco ⁽³³⁾.

José João d'Amorim foi o primeiro «brasileiro» saído da casa dos Bonitos de Amorim. Com ele radica-se em Pernambuco um poderoso ramo daquela família. Basta dizer-se que, à data da sua morte, deixava oito filhos, quarenta e dois netos e três bisnetos, todos nascidos no Brasil. A fama da fortuna de José João d'Amorim é, hoje, quase lendária; mas não há dúvida que o seu honrado nome abriu caminho às futuras gerações de Bonitos que, ainda hoje, gozam em Pernambuco de grande prestígio.

Na casa paterna de Amorim ficou o António José João.

2.^a Geração: — Em 15 de Fevereiro de 1844, na Igreja de Santiago de Amorim, do concelho de Vila do Conde ⁽³⁴⁾, casaram António José João d'Amorim, filho de José João d'Amorim e de Ana Martins, da aldeia de Amorim e Teresa Gomes, filha de Manuel José António da Igreja e Maria Gomes, da freguesia de Terroso, concelho da Póvoa de Varzim.

«Da escritura ante-nupcial extraímos as seguintes informações: O pai do nubente faz a doação dos bens que a casa possui, com reserva da metade do usufruto e as casas de cima para viver. Reserva mais, para a filha Ana, como solteira,

do antigo negociante e proprietário José Joaquim da Silva Mata, falecido em 1883; o caso do respeitabilíssimo ancião José João de Amorim, fundador e chefe que foi da honrada casa comercial de Amorim, Irmãos e C.^a, falecido em Portugal em 1886».

⁽³³⁾ «Estrela Povoense» — 24 de Jan. de 1886 — José João de Amorim — Falecimento.

⁽³⁴⁾ Na divisão administrativa de 1836 tanto a freguesia de Amorim como a de Beiriz foram integradas no Concelho de Vila do Conde. Só em 1853 passaram para o Concelho da Póvoa de Varzim.

40 rasas de milho, 3 de centeio, 2 de feijão, uma de trigo, uma banha, a leira da eira das casas para baixo e a casa nova do Quinteiro e o quarto de tear e para o filho Manuel, ausente no Brasil, casa para morar como solteiro. O nubente devia inteirar os dotes de seus irmãos conforme suas escrituras dotais. A nubente dotava-se com a importância de 1.450:000 mil réis em dinheiro; 1 vestido de festa de Igreja (28:000); 1 vestido domingueiro (21:700); uma cama de roupa (6:400); 3 travesseiros e 9 saias (3:300); 15 camisas novas (4:000); 12 guardanapos; 3 lençóis de trezes, 2 de linho, 1 de bragal (9:200); 8 sacos de trezes (8:000); uma capilha (4:000); 1 fio de contas de ouro (2:000); uma caixa de castanho (9:200); 1 guarda-chuva (1:500) — Total 111:200 mil réis.»

O dote da noiva foi-lhe dado por um tio, residente na Paraíba, Brasil, chamado José António Gonçalves, filho de Manuel Gonçalves o Molho, de Terroso, avô materno da noiva que mandou o dinheiro para o Sr. José António Pereira Pacheco, morador na Praça Nova da cidade do Porto, com a recomendação «de o irem procurar na Póvoa em casa do amigo Bento Pereira Marques, que tem negócios com o senhor Pacheco, a fim de se evitar os riscos das estradas». Mandou também, pelo capitão do navio, uma caixinha com obras de ouro — para a minha Teresa — que tudo o Sr. Marques, da Póvoa, fará entrega ⁽³⁵⁾.

De António José João ⁽³⁶⁾ e Teresa Gomes houve numerosa prole:

Marta,	nasc. 9.II .1845; casada com Manuel João de Castro Amorim
Ana,	» 1.IV .1847; casada com J. Fonseca, de Gilmonde
Manuel João,	» 25.XII.1848; casado com Adelaide Soares de Amorim (Br.)
João José,	» 17.VII.1850; faleceu 2.XI.1951
João José,	» 26.XI .1851; casado com Maria Costa, S. Simão da Junqueira
José João,	» 2.XI .1853; faleceu
José João,	» 6.XI .1854; segue
Joaquim José,	» 5.VII.1856; faleceu
Joaquim José,	» 10.IV .1858; casado com Maria Teresa Ribeiro (Bras.)
Rita,	» 1.VII.1860; faleceu solteira
António João,	» 30.I .1862; faleceu solteiro
Francisco João,	» 16.VII.1864; casado 1. ^a Núp. com Maria Luiza Ribeiro

Para o Brasil (Pernambuco) seguiram: Manuel João que lá casou com uma prima, filha do opulento José João d'Amorim. A ele

⁽³⁵⁾ Documentos transcritos na escritura de dotação.

⁽³⁶⁾ Faleceu em 14 de Fevereiro de 1909 com noventa e sete anos de idade.

se deve o plano da construção da nova Igreja paroquial de Amorim e o início das obras; a sua esposa a Escola Feminina, da mesma freguesia ⁽³⁷⁾. O Joaquim casou com a filha do usineiro António Fernandes Ribeiro, sócio do Barão Rodrigues Mendes, e foi o rico industrial Comendador Joaquim Lima de Amorim, falecido no Rio de Janeiro em 1927 ⁽³⁸⁾. O António, após largos anos de Brasil, veio residir para a terra natal, mandando construir a Casa da Subida (1908), em Amorim de Cima, junto à casa paterna. Sendo o menos abastado, dos irmãos brasileiros, foi o mais benemérito da freguesia, pois soube interessar os irmãos, riquíssimos industriais, em numerosas obras de fomento rural realizadas sob a sua administração ⁽³⁹⁾. O Francisco, que muito cedo se associou à indústria açucareira, casou em 1.^ª núpcias com D. Maria Luíza Ribeiro e em 2.^ª com D. Maria Luíza Besse, de origem francesa. Foi rico industrial, comerciante e banqueiro e à sua morte, dada em 1932, legou o remanescente da sua herança, avaliado em 4 200 contos, a inúmeras Instituições culturais e de assistência, tanto do Brasil, como de Portugal. Infelizmente parte desses valores perderam-se e apesar de longamente pleiteados nos tribunais, só alguns legados se cumpriram ⁽⁴⁰⁾.

Na casa paterna ficou o José João.

3.^ª Geração: — Em 12.V.1881, na Igreja paroquial de Santiago de Amorim, casaram José João de Amorim, filho de António José João d'Amorim e Teresa Gomes, e Maria Luíza, da casa do Galego

⁽³⁷⁾ Cândido Landolt, «O meu Panteon» Póvoa de Varzim, 1912, pág. 65. De Manuel João Gomes de Amorim e D. Adelaide Soares de Amorim, ficaram três filhos, todos nascidos no Brasil, a saber: Manuel João Gomes de Amorim Júnior «Mandú», casado com D. Emília Gonçalves Mendes; Teresa Gomes de Amorim, casada com o Dr. Quirino de Jesus Cunha e Mariana Gomes de Amorim, casada com o Dr. David José Alves.

⁽³⁸⁾ O apelido «Lima» é de origem comercial. Entrando em 1900 para a firma Mendes, Lima e C.^ª, adoptou aquele apelido. A firma Mendes, Lima e C.^ª foi fundada por João José Rodrigues Mendes (Barão Rodrigues Mendes) natural de Braga, António Fernandes Ribeiro, Gonçalo António Alves Pereira, ambos portugueses, e José Adolfo de Oliveira Lima, brasileiro. (Octávio Moraes e Eurydice Amorim de Moraes, *ob. cit.*, pág. 83 e seg.).

⁽³⁹⁾ Deve-se-lhe a abertura das estradas Mauverde-Amorim e Amorim-Navais. Mandou ampliar o cemitério de Amorim e abrir um caminho de ligação entre a estrada nacional e a Igreja velha de Amorim; ofereceu um pavilhão ao Hospital; terreno para alinhamento da cerca; um painel de azulejos para o interior da Câmara Municipal e contribuiu generosamente para a nova Igreja de S. José (hoje demolida).

⁽⁴⁰⁾ Francisco M. Gentil — Justiça para a Misericórdia! (alegações para o Supremo Tribunal de Justiça no pleito sobre o legado deixado por Francisco João de Amorim à Santa Casa da Misericórdia, Hospital e Asilo da Póvoa de Varzim). Lisboa, 1945. Separata do «Jornal do Foro» N.^º 68-69.

de Mandim, filha de José Martins do Penedo e de Maria Luíza, ambos daquela freguesia de Amorim. Do casamento houve os seguintes filhos:

Manuel,	nasc.	10.IV .1882;	casado com Maria F. Castro
Eduardo,	»	12.VI .1884	
José,	»	9.VI .1887	
Francisco,	»	27.X .1889	
Elvira,	»	19.IX .1893;	casada com Manuel Gonçalves da Fonte
António,	»	7.IX .1896	
Firmina,	»	10.I .1900;	casada com Manuel José Costa Amorim
João,	»	21.II .1903;	solteiro

Para o Brasil (Pernambuco) foram: O Eduardo que foi activo industrial e fundador da próspera firma Eduardo Amorim e Comp.^ª; faleceu solteiro em Amorim, na meia idade, em 27.X.1934; o José, também industrial, faleceu solteiro em Recife, em 14.VII.1961; o Francisco, que casou com D. Georgina Georgete Gonçalves Mendes Amorim, sucedeu aos tios na indústria açucareira. Era Comendador da Ordem de Benemerência e possuía várias condecorações brasileiras. Faleceu na cidade do Recife em 16.X.1962; o António que foi sócio do irmão Eduardo e deu à firma novo pacto social sob o nome de Amorim, Primos e Comp.^ª; faleceu solteiro, na mesma cidade de Recife em 15.XII.1971.

A casa paterna foi doada ao irmão Manuel, falecido em 4.X.1956.